

A ascensão de Marcello Caetano (1968)

Em 26 de setembro de 1968, numa curta comunicação ao país, Américo Thomaz, presidente da República, reconhecendo a irreversibilidade do grave estado de saúde de António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros, exonera-o e nomeia em sua substituição Marcello Caetano. A posse dá-se no dia seguinte, em 28 de setembro, *O Setubalense* dedica toda a primeira página ao ato, à personalidade do governante e à constituição do novo Governo. (*O SETUBALENSE*, 1968, 28 de setembro: 1).

Na realidade, desde a reunião do Conselho de Estado, dez dias antes, que fora presidido por Thomaz, e em que o próprio Marcello Caetano participara, que a imprensa nacional e estrangeira veiculava o nome deste como sucessor de Salazar, ainda que aquele órgão consultivo tivesse apenas reconhecido a necessidade da substituição, mas se se tivesse dividido quanto à oportunidade do momento para o fazer.

Nos círculos do regime a situação era perturbante. Tratava-se de substituir Salazar, que levava quarenta anos de governo, primeiro como ministro das Finanças desde 1928 e, depois, a partir de 1932, como presidente do Conselho de Ministros. No início de agosto de 1968 caíra de uma cadeira de lona no forte de Santo António da Barra, no Estoril, a sua residência de verão, e batera com a cabeça no chão lajeado. Tinha 79 anos. Aparentemente, nada de grave acontecera, continuara a ler o jornal e, nos dias e semanas seguintes, trabalhara normalmente, despachara com os seus secretários, acompanhara a situação internacional, lera, recebera visitas, conduzira uma profunda remodelação governamental, presidira a um Conselho de Ministros...

A situação só se começaria a alterar nos primeiros dias de setembro, um mês depois da queda – alterações de caligrafia, falhas de memória, alguma apatia, profundo cansaço, perda de energia. A observação neurológica detetara um hematoma intracraniano, resultante do traumatismo, e foi operado de

urgência. Como a generalidade da imprensa, *O Setubalense* noticia, a um ritmo quase diário, a evolução do estado de saúde do ditador, seguindo os boletins clínicos oficiais. Terá melhorado, mas em 16 de setembro sofre um acidente vascular cerebral e entra em coma. A sua substituição torna-se inevitável, por isso o Conselho de Estado se vai reunir logo em 17. Uma semana depois, em 24, Américo Thomaz decidirá nomear Marcello e incumbi-lo de formar governo.

Eram vários os potenciais sucessores de Salazar, os delfins – Franco Nogueira, Adriano Moreira, Antunes Varela ou Marcello Caetano – mas será este último a levar de vencida a surda disputa pela sucessão, mesmo que não fosse o preferido do presidente da República.

Essa sucessão fora longamente esperada e trabalhada. Tinha apoios no interior do regime, nos setores por onde passara numa intensa atividade profissional e política – na Universidade de Lisboa, onde era professor e de que fora reitor, na Mocidade Portuguesa, de que fora Comissário Nacional, na União Nacional, a cuja Comissão Executiva presidira, na Câmara Corporativa, de que fora, igualmente, presidente, e entre o pessoal político com quem contactara nas suas passagens pelo Governo, designadamente, entre um setor reformista e desenvolvimentista de jovens quadros, com alguns dos quais se passara a reunir regularmente desde 1955 num restaurante do Estoril. Era uma espécie de partido informal a funcionar dentro das margens do regime.

Fora do regime, a sua nomeação suscitou expectativas, designadamente entre os grupos oposicionistas mais moderados, por quem era olhado como um liberal, sem que nunca se tivesse assumido como tal, pois constava que, enquanto ministro da Presidência, cargo que exerceu entre 1955 e 1958, terá defendido o fim da censura e uma aceleração do ritmo de desenvolvimento económico; em 1961 poderá ter acompanhado o abortado golpe palaciano de Botelho Moniz para afastar Salazar e, em 1962, demitira-se de reitor da Universidade, em plena crise estudantil, em protesto contra a entrada da polícia dentro da Universidade, tendo, nesse ano, admitido, num parecer que lhe fora pedido, a possibilidade de uma solução federalista para a questão colonial.

Enquanto presidente do Conselho de Ministros, na fase inicial, sem extinguir nenhum dos aparelhos repressivos ou de enquadramento social e político do regime, procedeu a uma operação de cosmética, mudando o nome às instituições mais odiadas do regime – a PIDE passou a designar-se DGS, a Mocidade

Portuguesa, Secretariado para a Juventude, a União Nacional, Ação Nacional Popular. Verificou-se ainda uma certa descompressão, designadamente na área sindical, habilmente aproveitada pela oposição, e aboliram-se as iníquas «medidas de segurança» que permitiam manter detidos os presos políticos por tempo indeterminado, em sucessivos períodos após o cumprimento da pena.

Porém, a partir de 1971/72, sem querer resolver a questão colonial, que era o nó górdio do regime, fazendo refluir as medidas de descompressão política timidamente ensaiadas e intensificando a repressão, suscitará a radicalização das oposições e a preparação do golpe militar dos capitães que derrubará o seu Governo de ditadura em 25 de Abril de 1974. [JM]

VIEIRA, 1998:190



Discurso de posse de Marcelo Caetano



Notícia da posse de Marcelo Caetano, *O Setubalense*, 28/2/1968, p. 1

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL